

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

PROCESSO DAAE Nº 090 DE 10/01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA DO ATERRO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENCERRADO, NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

GERÊNCIA REQUISITANTE: RESÍDUOS ESPECIAIS E VOLUMOSOS

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – R\$ 110.600,00 (Cento e Dez mil e Seiscentos Reais)

ANALISE SOBRE AS RAZÕES RECURSAIS

RECURSOS:

PROTOCOLO Nº 509 DE 28/02/2023

LICITANTE: L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 10.571.789/0001-94

CONTRA RAZÕES RECURSAIS:

PROTOCOLO Nº 567 DE 07/03/2023

LICITANTE: BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 27.254.415/0001-48

A Procuradoria

Vimos pelo presente, remeter o presente expediente para análise e emissão de parecer sobre as razões recursais apresentadas. Antes de adentrarmos nas questões recursais, eis uma síntese dos fatos ocorridos no presente certame.

O Edital foi publicado no dia 28 de janeiro de 2023, na imprensa oficial da Autarquia¹, designando o dia 10 de fevereiro de 2023 para a realização da sessão pública para abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta comercial. Ressaltamos ainda, que neste certame a Visita Técnica ficou designada como facultativa e poderia ser realizada até o dia 09 de fevereiro de 2023.

Na sessão pública, compareceram 05 (cinco) licitantes e após a análise dos documentos de Habilitação, a licitante AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA

¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, Jornal Folha da Cidade, Jornal Folha de São Paulo e no site: www.daaeararaquara.com.br

foi inabilitada por não apresentar o Certificado de Registro Cadastral conforme previsão no item 9.10² do Edital. Como não havia representante na sessão, a Comissão decidiu na suspensão do certame e no dia 10 de fevereiro, realizou o Julgamento da Habilitação e respectiva publicação no Jornal Folha da Cidade (fls. 492/497) e abriu o prazo para apresentação de recurso contra o julgamento.

No dia 13 de fevereiro, a licitante inabilitada Ambiência apresentou a carta de desistência formal em apresentar recurso administrativo (fls. 498/499). Diante deste cenário, a Comissão de Licitações publicou o comunicado informando a todos os participantes da desistência da licitante Ambiência e agendando para o dia 16 de fevereiro de 2023 a realização da sessão pública para a abertura dos envelopes da Proposta Comercial (fls. 502/508).

Após a abertura do envelope contendo a proposta comercial, a Comissão de Licitação estabeleceu a seguinte classificação no final da sessão:

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	VALOR R\$
1º	L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	55.348,00
2º	BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	82.839,40
3º	VENNER ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	104.640,00
4º	UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA	168.600,00

Ao realizar o julgamento das propostas, 02 (duas) licitantes tiveram suas propostas desclassificadas. A empresa Uniper fora desclassificada por descumprir o item 12.3³ do Edital e a empresa L3 por não apresentar as declarações exigidas nas alíneas⁴ 'e' e 'f' do item 10.3 do edital.

2 9.10 – A ausência do CRC – Certificado de Registro Cadastral, bem como os documentos de qualificação técnica, acarretará a inabilitação da licitante.
3 12.3 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como aquelas com preço global acima do estimado no item 1.3, do Edital ou manifestamente inexequíveis.
4 DECLARAÇÕES: que atenderia os procedimentos do Anexo VI (alínea 'e') e que tem pleno conhecimento do Edital (alínea 'f')


Após a publicação julgamento pela Comissão de Licitação (*fls. 532/536*) começou-se a fluir o prazo para apresentação das razões recursais contra o Julgamento que passamos a explicar.

A licitante L3 protocolou seu recurso no dia 28/02/2023 – Protocolo nº 509 e na sua argumentação ela solicita que com base nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da legalidade, da moralidade, da economicidade, da eficiência e ainda a supremacia do interesse público, requer-se que a *“reforma da decisão que eliminou a presente licitante e seja ela declarada vencedora do certame por apresentar melhor preço”*. E ainda apresentou as declarações exigidas no item 10.3 do edital.

Após a apresentação do recurso pela licitante L3, abriu-se o prazo para as contrarrazões e a licitante BIO GS na sua argumentação menciona que a recorrente não estava presente na sessão para sanar a omissão e o artigo 43 § 3º da Lei 8.666/93 vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar e também menciona que a proposta da licitante L3 está inexecutável. E no final de sua explanação, a licitante BIO GS menciona a ação criminal Nº 1505253-46.2021.8.26.0037, no qual é mencionado a falsificação de documento público (*fls. 566/681*).

Estes são os fatos que ocorreram no presente processo licitatório e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente


Andrews Wesley de Oliveira
Unidade de Compras e Licitações
Coordenador - Matr. 1470
17/03/2023

Ao Dr. Mário,

Favor analisar pedido recursal em
processo de licitação.



Maycon Eduardo Roger
Procuradoria Geral
21.03.23

*à Procuradoria Geral,
segue parecer anexo,
opinando pelo (recurso)
indeferimento do pedido.*

Mário Augusto Viviani Júnior
OAB/SP nº 185.327
Subprocuradoria de Assuntos
Contenciosos
28.03.23.

A GSVP,

*Segue manifestação sobre recurso
em processo de licitação.*


Maycon Eduardo Roger
Procuradoria Geral
OAB/SP nº 250.504

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL DO DAAE DE ARARAQUARA/SP

Proc. Daae nº 90/2023 (TP nº 01/23 – processo principal)

Proc. Daae nº 509/2023 (Recurso administrativo da L3 Engenharia Ambiental)

Proc. Daae nº 567/2023 (Contrarrazões da Bio GS Consultoria Ambiental)

Objeto: Prestação de serviços de investigação do encerramento do aterro de resíduos da construção civil.

1. Trata-se de recurso administrativo manejado por L3 Engenharia Ambiental contra r. decisão da Comissão de Licitação da autarquia de fls. 532/533 que decidiu desclassificá-la por não apresentar as declarações exigidas nas alíneas “e” e “f” do item 10.3 do edital do certame em tela.

2. Em sua irresignação, a recorrente alega, em apertada síntese, que apresentou todos os documentos de habilitação pertinentes; que ofereceu o melhor preço; que autarquia, tal como prescreve o item 10.4 do edital em foco, não lhe deu oportunidade de sanar a ausência das declarações precitadas, vulnerando, assim, os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade; que as declarações das alíneas “e” e “f” são totalmente dispensáveis, de maneira que, sua desclassificação por não apresentá-las, viola os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; e, por fim, que não há no edital em foco dispositivo que fundamente a desclassificação da proposta da recorrente com base na ausência de tais declarações, o que configuraria violação ao princípio da legalidade. Seu recurso vem instruído com as declarações que faltavam.

3. Embasada nessa tese, pede a recorrente ao final, o provimento de seu recurso administrativo, para, reformando a decisão atacada, declará-la vencedora do certame em tela por apresentar o melhor preço. (fls. 538/545).



4. Na sequência, a recorrida, vencedora do certame, asseverou, em brevíssimo resumo, que a decisão da Comissão de Licitação da autarquia está correta, porque, de acordo com o item 10.3 do edital, as declarações em tela tinham de constar da proposta obrigatoriamente; que ela se fundamenta no artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações; que a regra do item 10.4 somente se aplica na sessão pública de julgamento das propostas; que a juntada de documentos depois da sessão pública para fins de atendimento às exigências contidas no edital viola o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93; que o questionamento do conteúdo das declarações faltantes foi atingido pela preclusão; que o acolhimento do recurso da recorrente redundaria em benefício a ela em detrimento aos demais licitantes, o que violaria os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório; que a proposta oferecida pela recorrente é inexecutável com base no artigo 48, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei de Licitações; por fim, faz menção ao inquérito policial nº 2121047-60.2021.100122, em que os sócios da recorrente estão sendo investigados pela suposta prática do crime de falsificação de documento e uso de documento falso. Sua manifestação vem instruída com a cópia do aludido inquérito policial (fls. 551/681).

5. No final, suplica a recorrida pelo não provimento do recurso, ratificando-se, por conseguinte, a r. decisão vergastada.

6. A representação processual tanto da recorrente quanto da recorrida está regular e ambas as manifestações são tempestivas, de sorte que, da perspectiva formal, nada há que as macule.

7. Entretanto, em relação à questão de fundo, conforme restará demonstrado no final, o recurso não comporta provimento.

8. De fato, o item 10.3. do edital do certame em tela exigiu, em suas alíneas “e” e “f”, de forma obrigatória, que a recorrente acostasse à sua proposta a declaração de que, se vencedora, atenderia os procedimentos descritos no Anexo VI, e a declaração de que teria pleno conhecimento e aceitaria as condições do edital, seus anexos e das legislações que regem a licitação.

9. Todavia, em sua irresignação, a recorrente confessa que não as apresentou no momento processual oportuno, tanto que, na tentativa de suprir tal ausência, ela as juntou agora às fls. 544/545, quando interpôs seu recurso.

10. Tal fato, por consequência, atrai a incidência da norma contida no item 12.4 do edital que estabelece que serão desclassificadas as propostas que não atendam às suas exigências e as dos seus anexos, de maneira que outra sorte não merecia a proposta da recorrente senão a desclassificação. Aliás, quanto a esse

ponto, a conduta da Comissão de Licitações da autarquia também encontra arrimo no artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações.

11. Além do quê, entende-se, com o devido respeito, que a possibilidade de sanar a ausência das declarações exigidas pelas alíneas “e” e “f” do item 10.3 do edital só pode ser utilizada, na forma delineada pelo item 10.4, na sessão pública de abertura das propostas, donde decorre, evidentemente, que superado esse momento do processo, não mais pode valer-se dessa benesse a recorrente e nem a autarquia tem a obrigação de conferir-lhe a oportunidade de usá-la.

12. Na verdade, quem deve zelar pela documentação a ser apresentada à autarquia e fazer-se presente nas sessões públicas que por ventura forem designadas no transcurso do processo de licitação é a recorrente.

13. Ademais, o entendimento acima exarado encontra amparo nas cláusulas 11.4 e 11.6 do edital em foco, pois a primeira estipula que após a entrega dos envelopes da habilitação e da proposta, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento, e nem serão permitidos quaisquer adendos, e a segunda, por sua vez, reza que as dúvidas surgidas nas sessões públicas serão resolvidas pela Comissão, na presença dos representantes credenciados ou deixadas para ulterior deliberação, devendo o fato, em ambos os casos, ser registrado em ata.

14. Ora se assim deve ser, é mais que evidente que, somente durante a sessão pública de abertura dos envelopes das propostas, o recorrente poderia, se estivesse presente, sanar a ausência das declarações das alíneas “e” e “f” do item 10.3. Justamente pelo fato de ser esse o momento processualmente adequado para sanar a ausência delas é que se permite que o representante legal as redija na hora de próprio punho.

15. Daí resulta, a todas as luzes, que o recorrente não poderia tê-las juntado agora com o seu recurso. A propósito, tal conduta vulnera o artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações, que veda a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.

16. Por fim, vale realçar que a autarquia deve ater-se às regras do edital em tela por conta do princípio da vinculação ao edital que, como é cediço, faz lei entre a autarquia e os licitantes.

17. Desse modo, se o edital exige obrigatoriamente que as propostas apresentadas se façam acompanhar das declarações das alíneas “e” e “f” do seu item 10.3, e se, no seu item 12.4, ele diz que as propostas oferecidas serão

desclassificadas, caso não atendam às suas exigências e às dos seus anexos, visto está que, na hipótese vertente, não havia outra saída à digna Comissão de Licitação da autarquia diante da ausência dessas declarações da proposta apresentada pela recorrente, a não ser desclassifica-la.

18. Isso posto, pelas razões acima expostas e por tudo mais que consta dos autos do processo licitatório em tela, opina-se pelo recebimento do recurso administrativo interposto e, no mérito, pelo seu não provimento, devendo o certame, portanto, prosseguir em seus ulteriores termos.

19. É o parecer.

Araraquara/SP, 27 de março de 2023.

Mário Augusto Viviani Júnior

OAB/SP nº 185.327